

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 703.565 - RS (2015/0101528-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADOS : JOÃO PAULO IBANEZ LEAL - RS012037
ANGELA IBANEZ LEAL - RS045060
MARTHA IBANEZ LEAL - RS035205
SABRINA ROTTA E OUTRO(S) - RS065575
AGRAVADO : POLIATO CONFECÇÕES E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA -
ME
ADVOGADO : DANIEL ZARZA E OUTRO(S) - RS075524

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por BRASIL TELECOM S/A, em face de acórdão assim ementado (fl. 158):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO ORDINÁRIA. BRASIL TELECOM. PRETENSÃO DE COBRANÇA DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO INCIDENTE SOBRE AS DIFERENÇAS ACIONÁRIAS. COISA JULGADA.

Os elementos juntados aos autos indicam a efetiva ocorrência de coisa julgada, haja vista que a pretensão deduzida no presente feito já havia sido apreciada nos autos da impugnação ao cumprimento de sentença proferida na ação ordinária n. 10516374587, da 12ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre. De tal sorte, vai confirmada a sentença que extinguiu o presente feito com fundamento no artigo 267, inciso V, do CPC.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

Os embargos de declaração opostos na origem pela parte ora agravada foram acolhidos com efeitos infringentes, nos seguintes termos (fl. 185):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO ORDINÁRIA. BRASIL TELECOM. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.

1. Verificada a efetiva ocorrência de irregularidade no julgamento hostilizado, impõe-se o seu saneamento.
2. No julgamento do AI n. 1294789, o Egrégio STJ reformou a ordem

judicial que havia determinado, no âmbito do cumprimento de sentença à Brasil Telecom o pagamento dos juros sobre o capital próprio à autora, pois tal matéria não havia sido objeto do referido título judicial. Assim, não há falar em coisa julgada.

3. Rejeitada a tese de prescrição trienal, visto o julgamento proferido pelo Egrégio STJ no REsp n. 1112484-RS diz respeito tão somente a dividendos. Além disso, a pretensão deduzida tem caráter indenizatório, sendo regulada pela norma inscrita no artigo 177 do Código Civil de 1916.

4. Reconhecido o direito do autora à complementação acionária, em virtude da emissão de ações a menor quando da aquisição de linha telefônica junto à CRT (proc. n. 10516374587, da 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre), são devidos também os juros sobre capital próprio incidentes sobre as diferenças acionárias que deixaram de ser repassadas, uma vez que constituem parte dos lucros apurados que são distribuídos, periodicamente, aos acionistas ou sócios de uma empresa, proporcionalmente ao valor de suas ações ou cotas de capital.

5. ônus sucumbenciais invertidos e redimensionados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

Os embargos de declaração opostos na origem pela ora agravante foram rejeitados (fls. 199/203).

Nas razões do especial, a ora agravante alega violação dos arts. 170, § 1º, da Lei n. 6.404/76; 9º, § 7º, da Lei n. 9.249/95, bem como dissídio jurisprudencial. Afirma ser inadmissível a cumulação de juros sobre capital próprio com dividendos; e que o cálculo da subscrição deve ser realizado "segundo o balanço mensal (balancete) da companhia, relativo ao mês em que realizado o aporte de recursos pelo assinante" (fl. 219).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Quanto ao argumento de impossibilidade de cumulação de juros sobre capital próprio com dividendos; e à aplicação do balancete mensal para o cálculo da subscrição de ações, referidas matérias não foram objeto de debate pela Corte de origem. Assim, ressentindo-se o especial do requisito de prequestionamento, exigido inclusive para as matérias de ordem pública, e não tendo sido opostos embargos de declaração com

vistas a sanar tal vício, inviabilizada a apreciação do recurso por esta Corte. Observe-se, ainda, que não combatidos os fundamentos do acórdão recorrido; e que não há similitude entre as questões discutidas no acórdão recorrido e as razões do especial. Assim, inviável o provimento do especial pela aplicação das Súmulas 282, 283, 284 e 356/STF.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial e, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora